

*Casa de Acolhimento Residencial
Casa de Santa Ana*



Projeto “Aprendo a Ser”

*Apartamento de pré-autonomia para Jovens
com projeto de vida de Autonomização*

ÍNDICE

	Pág.
Preâmbulo	4
Introdução	
1. Acolhimento Residencial	5
2. Adolescência	7
3. Autonomia	9
4. Apartamento de Pré-Autonomia	13
Objetivos.....	15
Promoção de Autonomia das jovens – “Aprendo a Ser”	
1. Aprendo Bricolage	16
2. Aprendo a Burocracia	16
3. Aprendo a Procurar Emprego	17
4. Aprendo Cuidados de Saúde e Higiene	17
5. Aprendo Responsabilidade: Escolaridade/ Formação Profissional	17
6. Aprendo a Gerir o Tempo	18
7. Aprendo a Cozinhar	18
8. Aprendo Cidadania	18
9. Aprendo Gestão Orçamental	19
10. Aprendo Gestão Doméstica	19
Seleção das Jovens	20
Espaço habitacional	
1. Estrutura da Casa.....	21
2. Planta Habitacional do Apartamento de Pré-Autonomia (APA)	21
3. Condições de Utilização do Apartamento de Pré-Autonomia	22
Direitos e Deveres das Jovens	
1. Direitos das Jovens	23
2. Deveres das Jovens	24
Recursos Humanos.....	25
Funções da Equipa Técnica	26
Contrato / Compromisso.....	27
Apoios Financeiros	28
Anexo I – Contrato/compromisso	29

Preâmbulo

Este projeto pretende ser desenvolvido pela Casa de Acolhimento Residencial Santa Ana e tem por base promover a autonomia das jovens cujo projeto de vida é o de Autonomização. Este projeto foi sugerido pela Segurança Social de Setúbal, por ver um espaço direcionado a uma pré-autonomia, que estava subaproveitado. Por outro lado, são poucos os projetos nacionais de promoção de autonomia testados e aplicados à população portuguesa e, muito menos ainda, projetos que incidam em adolescentes em situações de institucionalização.

Ao longo do tempo trabalhado nesta instituição, constatamos que as jovens que tivemos e que, atualmente, temos institucionalizadas, têm na sua maioria, projetos de vida de autonomização, ou seja, no futuro não se perspetiva o retorno à família próxima ou alargada. Sentimos que é urgente elaborar, executar e avaliar um projeto de promoção progressiva de autonomia, uma vez que sendo a autonomização a tendência atual como projeto de vida, é necessário preparar as jovens dentro do acolhimento, numa resposta diferente à que estão habituadas – uma resposta de pré-autonomia.

Como afirma Pedro Strecht (1997) *“as crianças modelam-se aos adultos que as rodeiam, e se nos oferecermos como uma presença continuada no tempo poderemos ajudá-las a resolver processos patológicos de descontinuidade, devolvendo-lhes um conforto genuíno e uma esperança digna, facilitando uma cura”* (p. 39). Foi na base de sermos referência para estas jovens, que ao longo do desenvolvimento as acompanhamos de mais perto, lado-a-lado, agora, chegou o momento de serem mais autónomas, de “abrir a gaiola e de as deixar voar”, com a certeza que ao regressar ao ninho ainda têm alguém que as ajude a organizar o dia, até saírem definitivamente para o seu espaço.

A Casa de Santa Ana assegurará o apoio necessário ao nível do suporte técnico, educativo e monetário, garantindo assim, as condições necessárias para a prossecução deste projeto.

Introdução

1. Acolhimento Residencial

A maioria das crianças e jovens em Casas de Acolhimento Residencial, permanecem durante longos períodos de tempo nas instituições, revelam poucas competências pessoais e sociais para a conquista da sua autonomia, e, alguns deles, podem vir a desenvolver problemas ao nível social, emocional e de comportamento.

Desde sempre existiu uma divergência de opiniões sobre o acolhimento residencial. Se por um lado vários estudos realizados, apontam as vivências de crianças e jovens em meio institucional como alvo de preocupação, por outro existem estudos que consideram este acolhimento como a única forma de contenção de condutas perturbadoras a que assistem no meio familiar. Na década de quarenta surgem os primeiros estudos com Spitz (1945) e Bowlby (1951), que demonstraram a nocividade deste tipo de instituições, nomeadamente os efeitos nefastos para o desenvolvimento das crianças. Surgem também os estudos de Winnicott (1953), que relevaram o acolhimento como um recurso perigoso, com graves consequências para o desenvolvimento das crianças e jovens institucionalizados. Por outro lado, os estudos de Tizard e Tizard (1976), sustentam a necessidade da instituição como forma de garantir as necessidades básicas, refletindo a necessidade de serem constituídas alternativas à institucionalização.

A partir dos anos 80, surge uma mudança no paradigma do acolhimento residencial de menores. As instituições que acolheram inicialmente crianças órfãs vítimas dos conflitos mundiais, começaram a ser estudadas nas características particulares que iam apresentando (Goffman, 1974). Segundo Valle e Zurita (2000), as necessidades relacionais de contato afetivo e competências básicas de socialização, não eram objetivos a trabalhar. Desta forma, mantinham a dependência das crianças e jovens à instituição, originando sequelas promotoras de défices nas competências cognitivas e sócio afetivas, o que, conseqüentemente, comprometia a autonomia. A partir desta altura, os estudos começaram a centrar-se mais nos aspetos funcionais das instituições, realçando os efeitos perniciosos da carência afetiva e privação de um meio familiar adequado.

Antes desta mudança de paradigma, as instituições funcionavam em autogestão sem qualquer tipo de supervisão nem orientação. Ao tomar-se consciência dos efeitos nefastos desse sistema, nomeadamente das consequências da falta de uma envolvência afetiva que foram evidenciados pelos estudos de Spitz (1945) e Bowlby (1951), passou a fazer-se uma alteração das condições em que os menores se mantinham acolhidos e do tipo de trabalho com eles desenvolvidos.

Recentemente, os estudos apontam para uma política de institucionalização centrada nos laços afetivos, na vinculação de uma base segura, oferecendo às crianças a possibilidade de um desenvolvimento social, cognitivo e emocional estável, que não lhes foi oferecido no seio familiar (Gama, 2004).

Em Portugal, os estudos realizados evidenciam que as crianças institucionalizadas tendem a desenvolver alguns padrões comportamentais problemáticos, nomeadamente, dificuldades na resistência à frustração, dificuldade no relacionamento interpessoal, sentimentos depressivos e de baixa autoestima e autoconceito físico, níveis elevados de ansiedade e agressividade destrutiva, dificuldades de aprendizagem e insucesso escolar e instabilidade emocional (Alberto, 1999; Córias, 1995; Formosinho et al., 2002; Strecht, 2000; Carneiro, 2005).

Verificamos, que ao longo do tempo ocorreram mudanças no sistema de acolhimento, nomeadamente ao nível da estrutura física das instituições, tentando que sejam ambientes mais pequenos, com menor número de crianças, que existam técnicos com formação na área, ou seja, evolui-se de um modelo assistencial para um modelo educativo. Contudo, apesar de todas as mudanças políticas institucionais, ao longo dos anos, foi-se percebendo que as crianças e jovens permanecem longos períodos de tempo nas instituições e que a maioria deixa as mesmas ao atingir a maioridade, sem possuir competências para se enquadrarem socialmente, sem a escolaridade obrigatória, sem objetivos formativos ou profissionais e, em alguns casos, sem qualquer rede de suporte para auxiliar a sua inserção psicossocial.

A Lei de Crianças e Jovens em Perigo (LCJP) apenas pressupõe no Artigo 45.º apoio para a autonomia de vida a jovens a partir dos 15 anos com o objetivo de proporcionar apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, desde que em formação e com término aos 25 anos (alteração em 2017). No entanto, sentimos que as jovens não estão preparadas para viver em autonomia, sem deixar inicialmente de estar totalmente dependentes de quem delas cuidou ao longo do acolhimento. Sentimos que um novo desafio que se coloca ao Acolhimento Residencial é, para os casos em que se perspetiva um longo período de acolhimento e um projeto de vida de autonomização, existir um espaço de pré-autonomia, de forma a preparar e dotar as jovens de competências psicossociais, aprendendo a ser efetivamente autónomas.

2. Adolescência

**A nós, resta-nos aceitar aquilo que somos – adolescentes para sempre.
Porque ser adolescente, a sério, é não desistir nunca
“de ser o melhor do mundo para alguém”
(Stilwell, 2002)**

O conceito de adolescência, tal como o concebemos actualmente, é um fenómeno relativamente recente, uma vez que, como nos diz o historiador Philippe Ariès, “*a criança passava directamente das saias das mulheres para o mundo dos adultos*” (Braconnier e Marcelli, 2000, p.39), ou seja, a criança passava imediatamente a pequeno adulto, inexistindo as fases da juventude ou da adolescência. Alguns autores afirmam que só depois da Segunda Guerra Mundial se constituiu uma representação de juventude como grupo autónomo, contestatário ou marginal relativamente ao adulto.

Etimologicamente, adolescência significa idade de crescimento, tornar-se adulto. Período que começa, para a generalidade dos autores, com a puberdade (12-14 anos), mas cujo término se afigura mais indeterminado. Em termos cronológicos o fim da adolescência é normalmente definido entre os 18 e os 21 anos. Sampaio (1991) considera “*a adolescência uma etapa do desenvolvimento, ocorrendo desde a puberdade à idade adulta, ou seja, desde a altura em que as alterações psicobiológicas iniciam a maturação até à idade em que um sistema de valores e crenças se enquadra numa identidade estabelecida*” (p.61).

Os autores clássicos da Psicologia, como Freud (1958), Blos (1968) e Erikson (1959), caracterizam a adolescência por um reatualizar de conflitos de outras fases do desenvolvimento, em que o sucesso das etapas anteriores condiciona todo o desenvolvimento do adolescente. Por esta razão, a adolescência é descrita como um período conturbado, no qual a qualidade da relação precoce é posta à prova, na medida em que cria a matriz sobre a qual se irá sedimentar esta etapa do desenvolvimento. Quanto a limites etários, Dias e Vicente (1984), referem que o início da adolescência coincide com a puberdade e mais do que o limite cronológico dos 18 anos, o final da adolescência é sobretudo definido pela realização de tarefas que lhe são inerentes, sendo a principal, a formação do carácter (Blos, 1968). Matos (2002), define a adolescência como o período de consolidação da identidade, a qual se constrói de forma dinâmica, oscilando entre um investimento narcísico e um investimento no outro, a aproximação ao mundo relacional e o assimilar das suas qualidades, que contrasta com a oposição e afirmação de si próprio. Como fundadores da nossa identidade, a autoestima e o narcisismo primário, são de grande importância, desempenhando o grupo um papel fundamental, por disponibilizar uma série de

modelos de identificação, experiências sociais, exerce um papel de substituto do apoio familiar e de preparação para a comunidade adulta.

Autores como Freud (1958), Dias e Vicente (1984) e Matos (2002), referem que uma das etapas que o adolescente tem de ultrapassar, é o luto das figuras parentais, ou seja, este luto consiste no desligar dos pais e investir em novos objetos, no deslocamento do investimento afetivo para outras relações, nomeadamente, a amorosa. Max Sugar (1968) descreve o luto em três fases: no início da adolescência existe a fase de separação-protector, seguida da fase de desorganização a meio da adolescência, caracterizada por tumulto, rebelião, vazio e depressão, e por fim, a fase da reorganização, uma fase de acalmia no final da adolescência.

Erikson (1968), salienta a importância do meio ambiente no desenvolvimento normativo da personalidade do adolescente, referindo-se a um tempo de espera que existe para o jovem antes de se integrar na sociedade como adulto – teoria da moratória social, ou seja, o tempo de espera é uma tolerância seletiva por parte da sociedade e fornece apoio ao adolescente para que consolide a sua identidade, com o objetivo último de entender qual o papel a desempenhar no setor social. Desta forma, para o autor, a identidade depende não só da forma como o jovem faz a sua assimilação das etapas anteriores de desenvolvimento, como também do processo pelo qual a sociedade em que se insere o identifica, o reconhece e o aceita naquilo que é.

“O adolescente contemporâneo é, antes de mais um ser de paradoxos. Ele quer ser totalmente autónomo, mas ao mesmo tempo, solicita os pais para actos banais da vida quotidiana” (Braconnier e Marcelli, 2000). Anuncia verdades absolutas, intangíveis e ao mesmo tempo duvida profundamente de si próprio, do seu corpo e dos outros. É muitas vezes extraordinariamente altruísta e, simultaneamente, pode revelar-se fantásticamente egoísta. Para estes autores a adolescência *“consiste em fazer a experiência de tais paradoxos, em desenvolver a paciência e a tolerância face ao sofrimento que daí advém, até que estes paradoxos encontrem pouco a pouco, com a entrada na idade adulta, senão a sua resolução, pelo menos a sua aceitação”*.

O adolescente que é descrito pela literatura e pela sociedade em geral, é quase sempre de um adolescente com problemas graves, deprimido, violento, borderline, toxicodependente, etc. Se for um adolescente institucionalizado, passa a ser um jovem ainda mais problemática e com uma situação ainda mais dramática. Do adolescente não problemático, bem inserido socialmente, adaptado e saudável, não se refere. Mais importante do que falar em “crise” ou “rutura”, é

fundamental valorizar o espaço em que o adolescente vive e como se vive nos diferentes períodos e processos que atravessa.

No quadro da consagração dos direitos e garantias das crianças e jovens em perigo, a valorização do factor humano passa fundamentalmente, pela capacitação para a autonomia e gestão do projecto de vida, inerente ao desenvolvimento pessoal, indispensável, para a efetiva integração social e exercício pleno da cidadania.

Concluimos que a adolescência é um período conturbado de desenvolvimento, no qual estão implícitas diversas fases de avanços e recuos, até o jovem se assumir com uma identidade individual. Quanto mais forte forem as suas bases, mais possibilidades o indivíduo terá para construir uma identidade coerente num processo de desenvolvimento adaptado. É uma fase marcada por lutos, mas também feita de conquistas, de descobertas, em que é suposto que os ganhos ou benefícios sejam superiores às perdas.

3. Autonomia

**A formação da identidade só é possível
com movimentos concomitantes de separação psicológica interna
e de distância física face aos pais, traduzidos em comportamentos de autonomia e
experimentação (Fleming, 1993, p.50).**

Entendemos autonomia como um processo, pelo qual o jovem desenvolve uma série de competências e realiza determinadas atividades com o objetivo de possibilitar a sua independência. Para Fleming (1993), a autonomia, como processo de desenvolvimento, tem de ser uma conquista, um risco e um ganho maturativo, ao qual está inerente o sentido e o exercício da responsabilidade. Segundo Oliveira e Siqueira (2004, citado por Pires, 2011), a palavra autonomia tem origem na palavra grega *autos* (próprio) e da palavra *nomos* (norma, lei) e significa a autodeterminação da pessoa em relação à sua vida.

P. Barbosa e A. Wagner (2013), ao fazer uma revisão da literatura sobre a autonomia na adolescência, chegam à conclusão que esse tema tem tido um interesse crescente na literatura, contudo, verificam que os conceitos utilizados não são claros, o que dificulta a construção de teorias acerca da autonomia. Constatam no seu estudo que o conceito de autonomia aparece descrito como a habilidade global, composta por diferentes dimensões que coexistem na relação com outros (Liu & Yeh, 2011; Noom et al. 2001; Reichert e Wagner, 2007; Yeh & Yang, 2006;

Yu, 2011). Estas dimensões aparecem expostas sobretudo em três tipos de autonomia: comportamental, emocional e cognitiva. A autonomia comportamental é apresentada como o processo de tomada de decisão, autodeterminação ou a capacidade de regular o próprio comportamento (Haase, Tomasik & Sibelreisen, 2008; Peterson, Bush & Supple, 1999; Soenens et al., 2007; Deci & Ryan, 2000). A autonomia emocional é descrita como a capacidade que o jovem tem de se perceber a si mesmo e aos adultos responsáveis como indivíduos separados, falíveis e normais (Blos, 1979; Beyers et al., 2005). Por último a autonomia cognitiva, é entendida como a capacidade que o adolescente tem para pensar de forma independente (Lee, Beckert e Goodrich, 2010). Os autores concluem o estudo afirmando que o conceito de autonomia é uma complexa construção conceitual e que diferentes conceitos têm sido definidos com o objetivo de descrever uma mesma habilidade, marcada por inúmeras variáveis contextuais, entre elas as familiares e a do ambiente direto do sujeito.

Em relação à autonomia comportamental, Hopson & Scally (1981), fazem uma subdivisão, identificando as habilidades que os jovens devem possuir para se tornarem autónomos:

- Gestão do Quotidiano - organização do horário diário, incluindo as refeições, as atividades laborais, escolares, desportivas e de lazer, bem como as suas responsabilidades;
- Higiene, Saúde e Organização – inclui a higiene pessoal, saúde, limpeza, arrumação e organização dos espaços domésticos;
- Tratamento de Roupa - análise e conhecimento das etiquetas, lavagem nos diversos programas, detergentes e amaciadores e engomar diversos tipos de roupa;
- Alimentação - gestão da dispensa, plano alimentar semanal, confeção das refeições, incluindo sopas, pratos de carne e peixe, saladas, sobremesas, e apresentação de uma mesa;
- Transportes - análise de mapas das principais cidades, mapa de Portugal, pontos cardeais, orientação face ao globo terrestre (Internet); provas de orientação em cidade e no exterior, transportes locais e não locais: rede de autocarros, comboios e metro, rede de expressos;
- Preenchimento de Impressos e Análise de documentos - obtenção da documentação essencial, para que serve e forma de utilização, técnicas de procura de emprego;

- Poupança - gestão de recursos económicos, prioridades de despesas, poupança, abertura e gestão de conta bancária;
- Gestão de Recursos - gestão de dinheiro, depósitos, levantamentos, juros, comissões bancárias, aluguer e compra de habitação, fiadores e garantias; gestão de contratos, arrendamentos de espaços/casas, água, gás, eletricidade, telefone;
- Internet e Informática - competências básicas: Office e Web.

Relativamente ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais inerentes à autonomia emocional, Gonçalves (2000) refere que competência pessoal é a capacidade que o jovem tem de recorrer e mobilizar para a resolução competente de várias tarefas com que se vê confrontado ao longo da vida, tendo a capacidade de assumir uma consciência crítica das suas potencialidades e recursos, bem como da pressão psicossocial em que se contextualiza e concretizando projetos viáveis nas várias dimensões da sua existência. Competência social, é definida por Caballo (1987) como um conjunto de comportamentos do sujeito num espaço interpessoal, que revele sentimentos, desejos, opiniões, de acordo com determinada situação, demonstrando respeito pelos outros e capacidade de resolução de problemas imediatos, evitando problemas indesejados no futuro.

Os autores Hops e Greenwood (1988) e Hops (1983) referem que a falta de competência social conduz a dificuldades de relacionamento interpessoal o que, como consequência, se revela como falha comportamental no indivíduo. Por outro lado, Spence (1982) refere ainda que a falta desta competência prejudica a interação social, como, por exemplo, criar amizades, aceitar críticas, saber lidar com situações provocatórias, solicitar ajuda, demonstrar resistência à pressão dos pares, entre outras.

Para o jovem institucionalizado, a promoção de autonomia tem de ser entendida na sua globalidade e adaptada a cada jovem, segundo a sua história de vida. Quando a criança entra na instituição, desconhece por completo o seu destino, mas mais ainda desconhece o seu rumo depois da saída da instituição (Martinez & Soares-Silva, 2008). O processo de saída das instituições, tal como o processo de chegada traduz-se numa etapa vivenciada de forma negativa, pois poderá acarretar várias emoções difíceis de suportar pelo jovem: indignação, liberdade, melancolia, sofrimento, entre outros (Mendes dos Santos, 2010; fundação Calouste Gulbenkian, 2015, citado por Pereira, 2016). Assim, trabalhar a autonomia destes jovens desde cedo deve ser uma das funções das instituições de acolhimento.

A autonomia exerce uma posição fundamental na independência do jovem, uma vez que é com base nela que o jovem se vai integrar na sociedade (Sousa, 2015). Em contexto de acolhimento residencial, ensinar e treinar competências em jovens torna-se ainda mais difícil. Esta tarefa não se pode apenas basear num conteúdo teórico, mas principalmente nas vivências da casa de acolhimento, no seu quotidiano, na intervenção elaborada continuamente pelos cuidadores, bem como mostrar aos acolhidos como é de facto a vida fora da instituição (Sousa, 2015). Desta forma, as instituições tornam-se responsáveis pelo processo de desinstitucionalização dos jovens, dado que também influenciarão o contexto social depois da saída da instituição. Para além disso, o acompanhamento e apoio no pós-acolhimento tem também nestes jovens uma importância acrescida (Mendes dos Santos, 2010, citado por Pereira, 2016). Também a investigação realizada por Lima (2010, citado por J. P. Gaspar, 2014), indica que o suporte ao cumprimento de um projeto de vida deve permanecer depois da saída da instituição.

Parece-nos evidente que, para além de dotar as jovens, a englobar no projeto de pré-autonomia, de competências comportamentais que lhes permitam uma correta gestão do quotidiano, gestão financeira e gestão de tempo, competências cognitivas que lhes permitam concluir o percurso escolar de modo a ingressar no meio laboral com maior sucesso, as competências pessoais e sociais têm de ser trabalhadas e aprofundadas com estas jovens, uma vez que, quer por situações traumáticas, quer pelo contexto do seu desenvolvimento podem não ter sido capazes de construir uma base segura. Assim, devemos promover as competências pessoais e sociais de forma a “ensinar a observar, ensinar componentes críticas (compreender as situações, prever o que se tem de fazer e como fazer), trabalhar uma melhor realização com um mínimo de erro e de esforço” (Matos, 2005).

Em suma, a autonomia desenvolve-se em tempos diferentes para diferentes pessoas, é um processo caracterizado pelas particularidades individuais. Em qualquer altura do desenvolvimento podemos promover competências de autonomia desde que associadas às capacidades e competências específicas de cada criança/jovem, para que no futuro, possam realizar uma pré-autonomia, aperfeiçoando as competências anteriormente adquiridas e conquistando novas competências, fazendo a transição para uma vida autónoma de forma gradual e segura.

4. Apartamento de pré-autonomia

Neves (2011), realizou um estudo, com o objetivo de compreender as relações entre autonomia, satisfação com a vida e a satisfação com a instituição em jovens institucionalizados, em Lares de Infância e Juventude e em Apartamentos de Autonomia. De uma forma geral, os resultados revelam que a satisfação com a vida está relacionada positivamente com a autonomia, na sua forma geral, com a dimensão de autonomia funcional e com a satisfação com a instituição. O estudo revelou ainda que os jovens mais velhos mostram-se mais autônomos que os mais novos, e a nível da resposta social é nos Apartamentos de Autonomia que se verifica maior autonomia, satisfação com a vida e com a instituição. Em suma, este estudo demonstra que os jovens acolhidos em Apartamentos de Autonomia se mostram mais satisfeitos com a vida e com a instituição, assim como manifestam uma perceção de autonomia superior, aos acolhidos em Lares.

Antunes e Correia (2016) desenvolveram um trabalho de investigação/intervenção com jovens em situação residencial de acolhimento institucional, com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos, cuja finalidade se centrou na promoção da autonomia em contexto institucional através da aquisição de competências pessoais, sociais e funcionais visando um desenvolvimento integral dos jovens. Através de métodos e técnicas ativas, a intervenção teve resultados positivos, onde quer os participantes, quer os técnicos apontaram uma melhoria significativa nos comportamentos e atitudes dos jovens, melhor relacionamento entre pares e com os profissionais, maior sentido de responsabilidade e melhor preparação para uma vida autónoma. Esta investigação, vem demonstrar que a intervenção socioeducativa consegue ser promotora da consciencialização dos problemas e da capacitação para os resolver, fazendo dos participantes os agentes ativos da trans(formação) das suas condições de vida.

Lourenço (2014) também evidencia a necessidade de preparar os jovens em acolhimento, para o processo de desinstitucionalização. Ao avaliar um projeto de pré-autonomia desenvolvido com jovens do sexo feminino em cumprimento de uma medida de acolhimento institucional em Lar de Infância e Juventude, concluindo que tanto as jovens como as técnicas identificam pontos positivos no projeto e que contribuiu para o processo de autonomia das jovens, nomeadamente, aquisição de competências pessoais, sociais e domésticas. Identificam como indicadores a melhorar, a dimensão ligada à prática profissional, a necessidade de realizar um acompanhamento mais individualizado a cada uma das jovens, a dimensão organizacional, a

importância de atribuir uma verba específica para manter o funcionamento o projeto e melhorá-lo.

O principal desafio do Acolhimento residencial consiste na capacidade de se adaptar e responder de forma adequada às diferentes necessidades das crianças e jovens que nelas residem. Assim, consideramos ser fundamental, dar resposta a jovens que necessitam, com alguma urgência, de uma outra alternativa para o desenvolvimento da sua autonomia.

Assim sendo, este projeto tem como objetivo funcionar como uma resposta transitória entre a passagem de um sistema de acolhimento residencial e a aplicação de uma medida para autonomia de vida ou saída para vida autónoma sem medida aplicada. Neste “apartamento” de pré-autonomia, pretende-se incentivar o treino de competências pessoais e sociais, percecionando o indivíduo nas suas vertentes biopsicossociais, preparando um futuro autónomo, responsável e competente aquando a sua desinstitucionalização e inserção na sociedade.

Considera-se que este equipamento surge como resposta social às atuais necessidades e problemáticas adjacentes à população adolescente acolhida no sistema de acolhimento residencial, dando especial enfoque à valorização do potencial humano, reduzindo as desigualdades pessoais e sociais, criando condições que favoreçam o desenvolvimento da participação ativa na sociedade, no pleno exercício da cidadania.

“Apenas um dia conheceremos o benefício destas ações, se a criança conseguir estabelecer uma relação frutuosa com os outros e consigo própria, organizando-se no seu mundo interior de sonhos e pensamentos, tal como no seu mundo exterior. Para que mais tarde, como adulta, possa construir a sua própria família longe da imagem do sofrimento que viveu, desejando aos outros seus filhos, aquilo que para si teve de bom, e reparando com eles próprios o que de mau sentiu ou passou.” (Strecht, 1997, p.92)

Objetivos

- Proporcionar às jovens a satisfação das necessidades básicas e específicas em condições de vida tão próximas quanto possível às da estrutura de suporte social informal (família).
- Promover a formação escolar e profissional, bem como a valorização pessoal e social facilitando a consolidação dos laços familiares e a inserção na comunidade, através do acompanhamento pessoal intensivo e permanente.
- Promover ações/atividades pastorais com as jovens para o desenvolvimento da dimensão espiritual.
- Promover a educação para a saúde.
- Promover e acompanhar a inserção profissional das jovens.
- Proporcionar os meios que contribuem para o acesso das jovens aos recursos de que necessitam para a sua autonomização.
- Promover e acompanhar o plano de transição para uma efetiva autonomia.

Promoção de Autonomia nas Jovens – “Aprendo a Ser”

A autonomia não só deve englobar o nível pessoal e psicológico, como também deve ter em conta aquisição de alicerces e habilidades funcionais que capacitem o indivíduo a uma plena emancipação, como a autonomia nas vertentes económica, profissional, bem como conceitos para formação da vida pessoal e familiar (Sousa, 2015). Leandro et al. (2006, citado por Pires, 2011) afirmam que é importante reforçar nos jovens acolhidos competências sociais, que sejam muito parecidas a um paradigma familiar, de forma a incentivá-los a participarem na preparação da comida, gerindo a gestão doméstica na cozinha, assim como na compra de produtos alimentares. Trata-se de uma forma de potencializarem nestes jovens, a capacidade de realizarem escolhas perspicazes. Sousa (2015, p. 30) acrescenta ainda a importância de aprender a “*arrumar espaços, saber procurar informação e recursos e utilizar os vários serviços da comunidade (centro de saúde, finanças, segurança social)*”.

Pretendemos que as jovens aprendam a ser autónomas através do desenvolvimento dinâmico de sessões que as habilitem a adquirir todas as competências abaixo descritas. As sessões são desenvolvidas à medida que vão surgindo necessidades específicas e, consoante a temática, as sessões serão mais teóricas ou práticas.

1. Aprendo *Bricolage*

Neste módulo pretendemos que as jovens aprendam pequenos arranjos domésticos, que possam realizar trabalhos manuais para a decoração do seu espaço pessoal, aprendam a fazer arranjos básicos de costura e saber quem contactar em caso de avarias.

2. Aprendo a *Burocracia*

Em termos de burocracia, vamos proporcionar às jovens ter contato direto com algumas entidades como, por exemplo, explicar o papel das Finanças e do Portal das Finanças, bem como o da Segurança Social, espaço físico, e o que podem tratar pela Segurança Social Direta, o Portal da Saúde, quer para marcar consultas quer para pedir receitas; como e quando se devem dirigir ao tribunal se desejarem pedir apoio para uma medida de autonomia de vida; ida à Loja do Cidadão, explicar que serviços podemos encontrar nesse espaço, como renovar o Cartão de Cidadão, Passaporte, Registo Criminal, Comprovativo de Morada; para jovens estrangeiras, explicar como pedir marcação no SEF para

renovação do Título de Residência, bem como, em que situações se devem dirigir à Embaixada do seu país de origem. Neste módulo, as jovens serão acompanhadas no primeiro contato com a entidade e até atingirem a maioridade.

3. Aprendo a *Procurar Emprego*

A Empregabilidade é um módulo fundamental para as nossas jovens, uma vez que a maioria não ambiciona a progressão de estudos universitários. Por um lado é importante estruturar um Curriculum, fazer simulação de entrevistas de emprego (como concorrer a um anúncio, simulações por telefone e presencial), explicar a Lei Geral de Trabalho, a função do Contrato de trabalho, como funcionam e para que servem os descontos de um salário. Por outro lado, para que apresentem uma postura e perfil adequados, devemos proporcionar o treino das relações interpessoais, promovendo a adequação da assertividade, autoestima e autoconceito. Será igualmente trabalhada a promoção da capacidade de assunção do erro, capacidade de entender o ponto de vista do outro, sempre com noções de justiça, responsabilidade e respeito, tanto por si mesmo como pelo outro. Para além disso, devemos procurar fóruns e exposições como a *Futurália*, que visa antecipar tendências e marcar um posicionamento em matéria de conhecimento sobre temas centrais no campo da educação e formação ao longo da vida, emprego e juventude.

4. Aprendo *Cuidados de Saúde e Higiene*

Em termos de saúde irá promover-se o acesso das jovens aos serviços de saúde da comunidade, nomeadamente aos serviços que já as acompanham, como o Centro de Saúde ou Unidade de Saúde Familiar, Clínica Dentária, Clínica para exames médicos e Hospitais da Zona de Setúbal e Lisboa, tendo o cuidado de esclarecer em que situações se vai a estes determinados serviços, que linhas de apoio existem e criar com as jovens um Kit de Primeiros Socorros e Farmácia Básica. Promoção de ações de sensibilização para questões relacionadas com a sexualidade (doenças sexualmente transmissíveis), consumos de substâncias e estupefacientes, comportamentos alimentares adequados, entre outras. E por último, trabalhar com as jovens a *saúde do sono*, uma vez que não têm no apartamento uma Ajudante de Ação Direta que as lembre da hora de deitar nem de levantar, devemos promover a responsabilização do tempo de descanso.

5. *Aprendo Responsabilidade: Escolaridade/ Formação Profissional*

Todas as jovens que beneficiem deste projecto terão que desenvolver atividade escolar/formativa ou laboral. Pretendemos o treino da responsabilidade das jovens para que sejam assíduas e pontuais no cumprimento dos seus deveres escolares, obtendo aproveitamento positivo no final do ano letivo, bem como a planificação do tempo de estudo. Se as jovens exercerem atividade laboral deverão ser igualmente assíduas e pontuais, agindo de forma responsável e empenhada no seu local de trabalho.

6. *Aprendo a Gerir o Tempo*

A educação é hoje encarada de uma forma global, valorizando não só a Escolarização/Formação Profissional, mas também a valorização pessoal e social, uma vez que o meio e todas as pessoas com as quais as jovens se relacionam exercem influência no seu desenvolvimento. Assim, as aprendizagens diversificadas, fora da escola, seja a aquisição de hábitos e regras de comportamento, seja a aquisição de conhecimentos que desenvolvem o raciocínio, o espírito de cooperação, de relação e de ajuda, contribuem para o equilíbrio pessoal e são factores essenciais no desenvolvimento global do ser humano e do sucesso de uma plena integração e participação social.

Consideramos que a ocupação saudável dos tempos livres, facilita o desenvolvimento da imaginação, do espírito crítico, do pensamento e comunicação, da cooperação e partilha, da vida afectiva e da relação com as outras pessoas. Assim, prevê-se que possam ser promovidas/proporcionadas às jovens diversas atividades sociais, programas de animação sócio-cultural, recreativas e desportivas para um enriquecimento da sua percepção e tomada de consciência sobre o mundo e a sociedade que as envolve. Estas atividades serão desenvolvidas através da realização de atividades lúdicas e pedagógicas e de acções de informação e sensibilização, que no seu conjunto pretendem motivar a participação interessada das jovens, contribuindo assim para um processo de crescimento saudável e harmonioso.

7. *Aprendo a Cozinhar*

Neste módulo, pretendemos proporcionar às jovens sessões sobre alimentação saudável, como confeccionar pratos simples e económicos, ensinar a fazer uma lista de compras (ensinando a comparar preços) e ensinar a reutilizar algumas sobras de comida.

8. *Aprendo Cidadania*

Apesar das jovens terem um grande desejo de atingir a maioridade, não sabem o que isso significa no seu pleno. Ensinar os direitos e deveres de um cidadão, o que significa o direito ao voto, a importância da vida comunitária e o voluntariado, são temas que pretendemos trabalhar com as jovens.

9. *Aprendo Gestão Orçamental*

A Segurança Social assegura mensalmente os custos para a efetivação dos projectos individuais de cada jovem, através da atribuição de um fundo fixo, o qual será ajustado às reais necessidades das jovens, que permita um nível de vida condigno, garantindo a satisfação das suas necessidades de alimentação, vestuário, calçado, produtos de higiene pessoal e habitacional, saúde, despesas de material escolar e despesas inerentes ao cumprimento do plano de ocupação de tempos livres. Assim, do valor mensal de cada jovem, serão descontados os valores de Água, Luz, Gaz, Telecomunicações (TV, Telefone interno e Internet) e apoio técnico. O espaço é cedido em regime de Contrato de Comodato.

A técnica responsável pelo projecto de pré autonomização, fará o acompanhamento e supervisão das jovens, no que se refere à utilização dos recursos económicos disponíveis, promovendo uma gestão participada, na qual as jovens assumirão um papel activo, garantindo uma efetiva aquisição de competências pessoais essenciais para a sua autonomização. Esta promoção visa também explicar através de ações, o que é um orçamento, executar inicialmente orçamentos semanais para mais tarde conseguirem realizar um orçamento mensal (tendo em conta a comparação de preços e de preço/qualidade) e explicar o papel do Banco (como abrir conta, gestão de conta, poupanças).

10. *Aprendo Gestão Doméstica*

A primeira ação da gestão doméstica passa, desde o início do projeto, por realizar com as jovens uma lista de tarefas que terão de gerir e partilhar entre elas, nomeadamente a limpeza dos espaços pessoais e comuns, a confeção das refeições e a ida às compras. No final do projeto, as ações são com o objetivo de ensinar às jovens como procurar casa, sonho vs realidade da primeira habitação, contrato de arrendamento, empréstimos de habitação e contratos com operadoras.

Seleção das Jovens

Desde o primeiro dia de institucionalização das jovens na Casa de Acolhimento, que a equipa técnica e educativa trabalha com as jovens questões relacionadas com a promoção de autonomia de acordo com a maturidade e idade de cada jovem.

Com a implementação deste projeto, pretende-se cada vez mais cedo trabalhar a autonomia a vários níveis, não só comportamental/cognitivo (a nível escolar, higiene pessoal e dos espaços, arrumação pessoal, etc.). Já a partir dos 11 anos se procura desenvolver as competências sociais das jovens em acolhimento residencial, através do programa *Umbrella*. Este programa permite-nos perceber, pelo preenchimento de um pequeno questionário (pelo gestor de caso e jovem), o grau de autonomia da jovem, que competências são mais fortes e mais fracas, e com exercícios adaptados a cada área, promover as competências que ainda não foram adquiridas.

As jovens a integrar este projeto devem ter os seguintes requisitos:

- Frequentar atividade escolar regular ou profissional e/ou atividade laboral;
- Ter idade igual ou superior a 16 anos;
- Possuir algumas competências de autonomia, aferidas pelo preenchimento do questionário do programa *Umbrella*;
- Não ter estrutura familiar de suporte ou essa estrutura revelar incapacidade;
- Estar definida a autonomia como projeto de vida da jovem, no Plano Sócio Educativo Individual (PSEI), elaborado em conjunto com o Gestor de Caso;
- Não existirem problemas graves de comportamento;
- Não ter problemas graves de saúde física ou mental, que requeiram cuidados específicos.

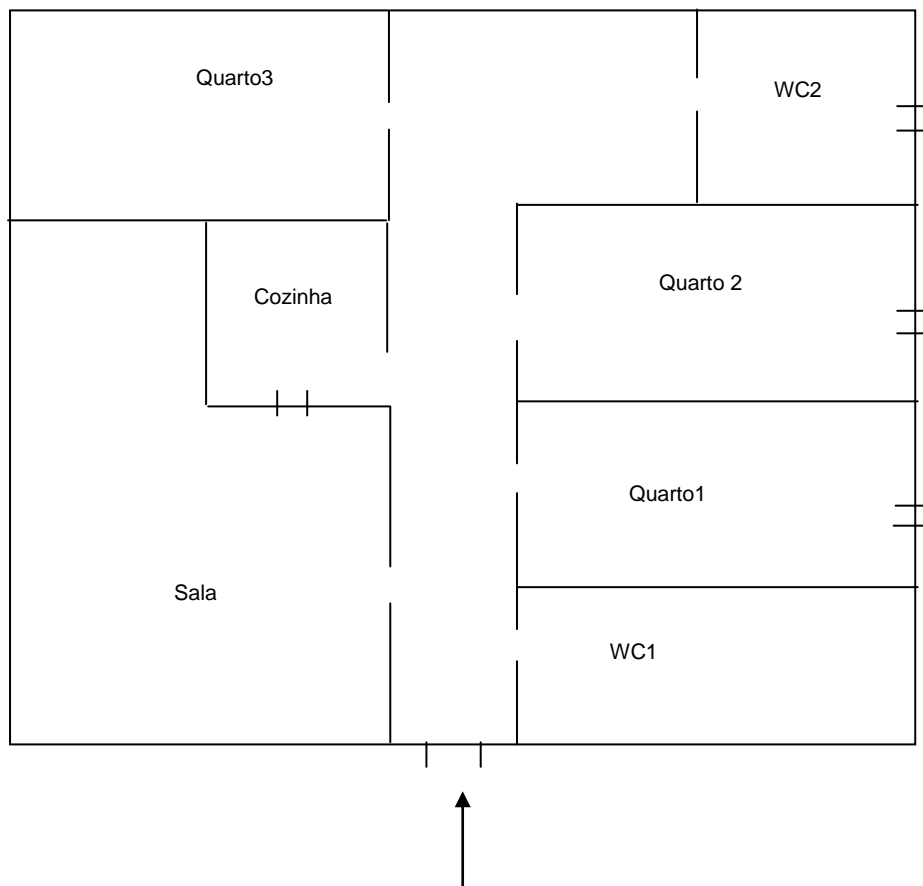
Espaço Habitacional

1. Estrutura da Casa

Localização: o Apartamento de Pré-Autonomia situa-se no 2º Andar das mesmas Instalações da Casa de Acolhimento da Casa de Santa Ana – Av. dos Ciprestes nº17, Setúbal, numa zona rica em recursos locais ao nível de transportes públicos, comércio, comunicações, saúde, atividades socioculturais, recreativas e desportivas.

Instalações: possui uma cozinha equipada com forno, fogão elétrico, exaustor, frigorífico, máquina de lavar roupa; uma sala ampla com três claraboias e com um balcão de acesso à cozinha; três quartos de dormir com janelas em dois e claraboia noutro e duas casas de banho. Dispõe ainda do equipamento e mobiliário indispensáveis à utilização a que se destina, respeitando as condições de habitabilidade, salubridade e segurança necessárias para a permanência das jovens.

2. Planta Habitacional do Apartamento de Pré-Autonomia



3. Condições de Utilização do Apartamento de Pré-Autonomia (APA)

- ❖ **O período de utilização do APA será o definido no plano individual de acompanhamento a cada jovem.**
- ❖ O referido APA **destina-se exclusivamente à habitação das jovens selecionadas para este projeto**, não lhe podendo ser dado outro fim ou uso, nomeadamente a permanência/visita de outras pessoas, sob pena de infringir o estipulado. No caso de pretenderem receber visitas estas devem ser comunicadas à Equipa Técnica e recebidas na Sala de Visitas da Instituição.
- ❖ O APA encontra-se com tetos, pavimentos, paredes, pinturas, portas, janelas, vidros, canalizações de água e esgotos, instalações e acessórios eléctricos, móveis e equipamentos de cozinha, louças e acessórios sanitários (Inventário – Anexo III). **Todos os referidos bens e equipamentos estão em bom estado de conservação e pertencem ao APA.**
- ❖ As eventuais **reparações que venham a ser necessárias** devido a avarias resultantes do desgaste proveniente da sua normal e prudente utilização serão **suportadas pela Casa de Santa Ana**. O que for danificado por **uso anormal e descuido deve ser repostado/reparado pelas jovens**.
- ❖ Às jovens **não é permitido fazer obras ou benfeitorias**, a não ser as de **conservação e limpeza necessárias** que, desde já, se estipula serem da **obrigação das utentes**.
- ❖ A cada jovem é entregue uma chave da porta de entrada do APA e outra do seu quarto.
- ❖ O respectivo **consumo de água** municipalizada para usos domésticos e sanitários e a **energia eléctrica/gás** que venham a ser gastos serão **descontados do fundo fixo**.

Direitos e Deveres das Jovens

1. Direitos das Jovens:

As jovens são detentoras de todos os direitos consagrados no artigo 58.º da Lei 147/99 – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, designadamente:

- a) Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenha especial relação afectiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de protecção;
- b) Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em actividades culturais, desportivas e recreativas;
- c) Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação;
- d) A inviolabilidade da correspondência;
- e) Contatar, com garantia de confidencialidade, a comissão de protecção, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado, também em caso de ser constituída arguida;
- f) Participar activamente nas decisões que lhe digam respeito;
- g) Participar na organização e vida dos estabelecimentos que as acolhem;
- h) Ser respeitada na sua individualidade e beneficiar de um tratamento afetivo e personalizado;
- i) Ter acesso ao regulamento interno;
- j) Contactar com confidencialidade a diretora, a técnica gestora de caso, a CPCJ ou EMAT.

2. Deveres das Jovens:

- a) Respeitar e cooperar com os seus pares, técnica gestora de caso e diretora;
- b) Respeitar e cumprir as normas estipuladas no regulamento interno;
- c) Ser cuidadosa e responsável na utilização das instalações e equipamentos da Casa, colaborando na sua manutenção;
- d) Cuidar da sua higiene pessoal e da sua apresentação e manter limpos e organizados os objetos de uso pessoal;
- e) Cumprir as suas obrigações escolares, sendo assídua, responsável pelo material, realizando os trabalhos escolares e obtendo aproveitamento no final do ano letivo;
- f) Frequência assídua e pontual na formação profissional e/ou na atividade laboral desenvolvida;
- g) Frequência nas atividades pastorais (Bons dias/boas noites nos dias estipulados, Vésperas, Eucaristia, Reflexões, ...);
- h) Cumprir os horários definidos para o funcionamento do Apartamento de Autonomia 8:00-20:00 – semanal, 8:00-22:00 – fim-de-semana, podendo salvaguardar-se alguma alteração excepcional de acordo com a especificidade de situações e as várias tarefas a serem desenvolvidas, devendo estas serem comunicadas atempadamente;
- i) Empenhar-se na concretização, a todos os níveis, do seu projeto de vida;
- j) Colaborar ativamente na criação de um clima de compreensão e confiança no espaço comunitário;
- k) Respeitar a privacidade e propriedade dos pares;
- l) Responsabilidade pela execução de diversas tarefas domésticas, tais como a higiene da habitação, confecção das refeições e tratamento da roupa;
- m) Gestão participada do fundo de maneiio;
- n) Cumprimento do Plano de Ocupação dos tempos livres.

Recursos Humanos

Os Recursos Humanos para este projeto, serão os mesmos já pertencentes à Direção da Casa de Santa Ana e à Equipa Técnica da Casa de Acolhimento, em que a Psicóloga coordenará diretamente com as jovens a promoção de autonomia (4 horas semanais), colaborando a restante equipa na dinamização de algumas sessões mais direcionadas à sua área de intervenção, sempre que seja solicitado pela coordenadora. Contamos também com a colaboração de Voluntários para o auxílio da execução das ações pretendidas.

Funções da Coordenadora do Projeto

- * Acompanhamento sistemático do processo de modo a permitir encontrar a resposta mais adequada, salvaguardando sempre o superior interesse das jovens.
- * Elaboração e acompanhamento do Plano de Apoio Económico que assegure a concretização do projeto de pré-autonomização.
- * Elaboração do plano de cuidados de saúde, incluindo consultas médicas e promoção de ações de educação para a saúde.
- * Articulação com os equipamentos/instituições frequentados pelas jovens.
- * Promover, participar e acompanhar as atividades de formação pessoal, escolar/profissional e/ou laboral das jovens.
- * Acompanhamento psicopedagógico e social.
- * Realizar e fazer cumprir os horários estabelecidos para as atividades planeadas.
- * Mediar a gestão de conflitos.
- * Promover o treino e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, tendo em vista a sua plena autonomização.
- * Avaliação contínua com as jovens, em que será ponderado o seu percurso na formação escolar/profissional ou laboral e a sua capacidade de gestão da vida doméstica e pessoal.
- * Avaliações periódicas do Processo de Pré-Autonomização e aferição dos progressos/retrocessos e eventuais mudanças de estratégias.

Compromisso

O contrato (Anexo I) será elaborado pela equipa técnica da Casa de Santa Ana, com a participação ativa das jovens, pretendendo ser um compromisso estabelecido entre as partes envolvidas, com o objetivo de viabilizar o Projeto de Pré-Autonomização de forma ponderada e consistente, cumprindo as orientações do regulamento interno da Casa de Acolhimento Residencial Casa de Santa Ana, estando obrigatoriamente asseguradas as seguintes condições:

- ◆ Garantir um plano integrado de formação pessoal, escolar/profissional e/ou laboral até à passagem para uma autonomização plena.
- ◆ Responsabilizar as jovens pelo funcionamento da casa e pela concretização do seu Projeto de Pré-Autonomização, promovendo o desenvolvimento e fortalecimento das suas competências pessoais, sociais e profissionais.
- ◆ Criar/garantir condições que efetivem a autonomização plena após a saída da casa, com o estabelecimento de uma rede de suporte social formal e informal.

Neste processo são permitidos progressos e eventuais retrocessos, com os devidos ajustamentos e reparações atempadas, existindo também avaliações periódicas e excepcionalmente redefinições de estratégias e do próprio rumo do projecto.

Depois de elaborado o contrato de comodato e o compromisso estes deverão ser assinados por todos os intervenientes, designadamente, o primeiro pela presidente da direção da Casa Santa Ana e a jovem, e o segundo pela Diretora Técnica e a jovem.

Apoios Financeiros

A Casa de Acolhimento Residencial Casa de Santa Ana assegura diretamente:

- Cedência de apartamento mobilado integrado na Casa de Acolhimento, situada numa zona bem servida de transportes e com fácil acesso aos recursos escolares, profissionais e de saúde.
- Encargos com eventuais despesas de manutenção/conservação da referida casa, não estando incluídas despesas de reparação por má utilização do espaço.
- A Casa de Santa Ana disponibilizará para este Projeto até $\frac{1}{4}$ do valor da comparticipação mensal atribuída à Casa de Acolhimento pela Segurança Social por cada jovem. Com as jovens será feito um plano de gestão orçamental que garanta a satisfação das necessidades básicas e específicas de cada jovem, sendo acordado com estas a regularidade da entrega da verba estipulada, destinando-se exclusivamente este apoio aos gastos comuns e pessoais das jovens, nomeadamente:
 - Alimentação
 - Vestuário e Calçado
 - Higiene Pessoal
 - Higiene Habitacional
 - Formação/Material Escolar
 - Despesas médicas (consultas, exames, medicação, etc.)
 - Plano de Ocupação dos Tempos Livres
 - Títulos de Transporte
- Acompanhamento psicopedagógico sistemático do processo de autonomização das jovens.
- Criar/garantir condições que efetivem o processo de autonomização.